



Trâmite editorial:

Ano II, Vol.II, n.4, jan./jul., 2020

Submetido: 27/06/2020

Aceito: 20/07/2020

ISSN: 2674-9912

Publicado: 25/07/2020

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS¹

BRIEF CONSIDERATIONS ON THE PRESIDENTIALISM OF COALIZATION AND THE IMPLEMENTATION OF GOVERNMENTAL POLICIES

*Simone Reis Barros Santos Lucena²
Jonas Rodrigo Gonçalves³*

Resumo

O tema deste artigo é o presidencialismo de coalizão e a implementação de políticas governamentais. Investigou-se o seguinte problema: O presidencialismo de coalizão brasileiro contribui favoravelmente para a implementação das políticas estatais? Cogitou-se a seguinte hipótese “a adoção do sistema de presidencialismo de coalizão brasileiro acaba por contribuir, de modo geral, no implemento de políticas estatais”. O objetivo geral é demonstrar se o presidencialismo de coalizão brasileiro contribui favoravelmente para a implementação de políticas públicas estatais. Os objetivos específicos são: distinguir os regimes parlamentarista e presidencialista; esclarecer a relação entre os poderes Executivo e Legislativo num regime presidencialista de coalizão; discutir efeitos do modelo de presidencialismo de coalizão brasileiro. Este

² Graduanda em Direito pela Faculdade Processus. Licenciada em Pedagogia. Especialista em Escrivania Policial. Analista Legislativo da Câmara dos Deputados.

³ Doutorando em Psicologia; Mestre em Ciência Política; Licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês); Especialista em Didática do Ensino Superior em EAD, Docência no Ensino Superior, Formação em EAD, Revisão de Texto, Agronegócio e Gestão Ambiental. Professor das faculdades Processus, Unip, Fasesa, CNA. Escritor (autor de 61 livros didáticos). Revisor. Editor.

trabalho é importante numa perspectiva individual devido à compreensão de como são formatados os governos pós-eleições; para a ciência, a apreensão dos modelos possíveis de se gerenciar coalizões resultará em maior eficiência, eficácia e efetividade no implemento de políticas governamentais; agrega à sociedade pelo alcance de maior governabilidade e governança por intermédio das coalizões formadas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica com duração de seis meses.

Palavras-chave: Presidencialismo de coalizão. Regime Presidencialista. Políticas Governamentais.

Abstract

The theme of this article is coalition presidentialism and the implementation of government policies. The following problem was investigated: Does Brazilian coalition presidentialism contribute favorably to the implementation of state policies? The following hypothesis was considered "the adoption of the Brazilian coalition presidential system ends up contributing, in general, in the implementation of state policies". The overall goal is to demonstrate whether Brazilian coalition presidentialism contributes favorably to the implementation of state public policies. The specific objectives are: to distinguish between parliamentary and presidential regimes; clarify the relationship between the Executive and Legislative powers in a presidential coalition regime; discuss the effects of the Brazilian coalition presidential model. This work is important from an individual perspective due to of the understanding of how post-election governments are shaped; for science, apprehension of the possible models for managing coalitions will result in greater efficiency, effectiveness and effectiveness in the implementation of government policies; adds to society by achieving greater governance and governance through the coalitions formed. This is a qualitative theoretical research lasting six months.

Keywords: Coalition presidentialism. Presidential regime. Government Policies.

Resumen

El tema de este artículo es el presidencialismo de coalición y la implementación de políticas gubernamentales. Se investigó el siguiente problema: ¿El presidencialismo de la coalición brasileña contribuye favorablemente a la implementación de las políticas estatales? La siguiente hipótesis fue considerada "la adopción del sistema presidencial de la coalición brasileña termina contribuyendo, en general, en la implementación de políticas estatales". El objetivo general es demostrar si el presidencialismo de la coalición brasileña contribuye favorablemente a la implementación de las políticas públicas estatales. Los objetivos específicos son: distinguir entre los regímenes parlamentarios y presidenciales; aclarar la relación entre los poderes Ejecutivo y Legislativo en un régimen de coalición presidencial; discutir los efectos del modelo presidencial de la coalición brasileña. Este trabajo es importante desde una perspectiva individual debido a la comprensión de cómo se forman los gobiernos postelectorales; para la ciencia, la apreensión de posibles modelos para administrar coaliciones resultará en una mayor eficiencia, efectividad y efectividad en la implementación de políticas gubernamentales; se suma a la sociedad al lograr una mayor gobernanza y gobernanza a través de las coaliciones formadas. Esta es una investigación teórica cualitativa que dura seis meses.

Palabras clave: *Coalición presidencialista. Régimen presidencial. Políticas gubernamentales.*

Introdução

A expressão presidencialismo de coalizão denota um regime presidencialista – a exemplo do adotado no Brasil. Tal regime reúne em um mesmo modelo o regime proporcional de lista aberta para os cargos do legislativo, o multipartidarismo e a escolha dos chefes do poder executivo sem vinculação às eleições legislativas.

O precursor do termo “presidencialismo de coalizão” foi o cientista político Sérgio Abranches (1988), com artigo publicado antes mesmo da promulgação da Lei Maior de 1988. Dessarte, significa dizer que, no país sem maioria política no Congresso Nacional, um governo não se torna apto a viabilizar suas iniciativas no processo de implementação de políticas públicas. (MARTUSCELLI, 2010, p. 61).

O presente artigo se propõe a responder ao seguinte problema: O presidencialismo de coalizão brasileiro contribui favoravelmente para a implementação das políticas estatais? A efetivação das políticas governamentais pode ser facilitada por meio do modelo de presidencialismo de coalizão adotado no Brasil.

Para Abranches, a formação de uma base de apoio político não ocorre num momento único e de forma perene, e sim de modo processual, comportando três momentos cruciais e distintos, quais sejam o da constituição da aliança eleitoral, que se refere à confecção de um programa e princípios básicos para a composição da aliança; o da constituição do governo, tendo relação direta com a distribuição de cargos e os compromissos para com a plataforma política da qual se originou a aliança eleitoral; e finalmente o da transformação da aliança em coalizão efetivamente governante, que diz respeito ao processo de se implementar as políticas estatais. (MARTUSCELLI, 2010, p. 61).

A hipótese levantada frente ao problema foi que a adoção do sistema de presidencialismo de coalizão brasileiro acaba por contribuir, de modo geral, no implemento de políticas estatais. Isto posto, a concretização das políticas governamentais brasileiras é, de certa maneira, favorecida pelo regime de presidencialismo de coalizão adotado no país.

Presidentes são os atores centrais num regime de presidencialismo de coalizão. Eles são os responsáveis por decidirem os partidos políticos com quem irão governar e de que forma irão alocar os recursos de poder e financeiros disponíveis a cada um desses partidos. Desse modo, são eles os detentores dos “poderes” para gerenciar as coalizões. Logo, compreender o jogo entre os parceiros nas coalizões multipartidárias é essencial, eis que, em que pese os possíveis custos, esse jogo gera inúmeras possibilidades de ganhos de troca e de cooperação recíprocos aos atores políticos envolvidos. (BERTHOLINI; PEREIRA, 2017, p. 2).

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar se o presidencialismo de coalizão brasileiro contribui favoravelmente para a implementação de políticas públicas estatais. Desse modo, pretende-se pontuar as consequências práticas do regime de coalizão adotado, com frequência, nos últimos anos, pelos chefes do Poder Executivo no Brasil.

A formação de governos de coalizão é um mecanismo recorrente dos presidentes brasileiros. A cooperação entre Executivo e Legislativo, por meio das coalizões multipartidárias, resulta em elevados níveis de êxito do Executivo na aprovação de sua agenda. Alguns analistas afirmam que tais coalizões organizam a interação entre os poderes por intermédio de uma dinâmica similar à constatada em

sistemas parlamentaristas: poderes consolidados da agenda do Executivo e partidos legislativos integrados ao gabinete, dando suporte à coordenação coletiva da coalizão no parlamento. Destarte, esse arranjo asseguraria o sucesso legislativo do Executivo, com taxas ínfimas de atropelamento no Congresso. (INÁCIO; REZENDE, 2015, p. 4).

Os objetivos específicos deste trabalho são distinguir os regimes parlamentarista e presidencialista; esclarecer como se dá a relação entre os poderes Executivo e Legislativo num regime presidencialista de coalizão; discutir os efeitos do modelo de presidencialismo de coalizão adotado no Brasil; e analisar a eficácia desse modelo na implantação de políticas públicas.

A distinção fundamental no que se refere ao presidencialismo e parlamentarismo consiste na separação de origem e de sobrevivência entre os poderes Executivo e Legislativo (STEPAN, 1990). Em um regime parlamentarista, o governo subsiste apenas enquanto permanece o apoio da maioria do Legislativo e o foco do poder está no gabinete. De modo que, na hipótese de nenhum partido alcançar status majoritário, o governo deve ser formado com apoio de uma coalizão multipartidária, sendo este o caso das democracias europeias, em grande parte. (BATISTA, 2016, p. 2).

A presente pesquisa se mostra relevante a partir do momento em que se propõe trazer à baila a compreensão do modo como são formatados os governos pós-eleições.

No atinente à relevância científica desta pesquisa, a apreensão dos modelos possíveis de se gerenciar coalizões resultará em maior eficiência, eficácia e efetividade no implemento de políticas governamentais.

No tocante ao ponto de vista social, ou seja, a importância da presente pesquisa para a sociedade, acredita-se que o alcance de uma maior governabilidade e governança por intermédio das coalizões formadas traga consigo acesso mais igualitário e homogêneo aos serviços prestados pelo Estado, de maneira geral.

Trata-se de pesquisa do tipo teórica, por se referir ao estudo de uma teoria determinada. Utilizou-se como instrumento de pesquisa artigos científicos, tendo por base de busca os seguintes sites: Google acadêmico (scholar.google.com.br) e Scielo (scielo.org). O tempo previsto para leitura dos textos originais (artigos científicos), bem como para a seleção dos trechos e paráfrases foi de quatro meses.

A pesquisa em questão é qualitativa, por se tratar de revisão de literatura, em que o autor tratou os dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica. Por sua vez, todos os recursos em que lançou-se mão para a feitura do projeto de pesquisa, tais como: tempo gasto, ferramentas utilizadas, tipo de pesquisa, tratamento dos dados, definição precisa, minuciosa e pormenorizada das ações levadas a efeito no método, tudo compõe o que se chama de Metodologia. (GONÇALVES, 2019, p. 22).

Resultados e Discussões

Desde que a Carta Magna foi promulgada em 1988, disseminou-se sobremaneira o termo “presidencialismo de coalizão”, nos meios universitário e político, e em textos publicados na grande mídia, para descrever o regime político-institucional brasileiro. Esse conceito tem sido usado, frequentemente, para embasar a ideia de que o Brasil passa por uma fase de afirmação do regime democrático. (MARTUSCELLI, 2010, p. 60).

Nas democracias hodiernas, o Poder Executivo possui um papel de vital importância. As diferenças, no entanto, entre presidencialismo e parlamentarismo são relevantes. Essas discrepâncias podem ser identificadas também no desempenho das funções do Executivo. Além do antagonismo clássico entres esses dois sistemas de

governo, há o presidencialismo de coalizão, que une a hierarquia centralizada no presidente, oriunda do presidencialismo, com a constituição de governos multipartidários, originária do sistema parlamentarista de coalizão. (BATISTA, 2016, p. 17).

No Brasil, o Legislativo apresenta condições políticas e institucionais de controle horizontal do Poder Executivo. Ademais, quanto à indicação das leis propostas por esse poder, confere um valor estratégico. Ao possibilitar o veto e/ou a emenda das propostas de lei do Executivo, a revisão legislativa concede aos partidos a busca pela segunda melhor estratégia para influenciar a agenda do governo: acompanhar no parlamento os ministros que ditam as políticas pertinentes aos seus partidários e eleitores. (INÁCIO; REZENDE, 2015, p. 8).

Há três distinções institucionais importantes entre parlamentarismo e presidencialismo. Primeiramente, no presidencialismo, deve-se incluir o presidente em qualquer governo. Dessa forma, portanto, o partido do presidente deve fazer parte do governo, a não ser que ele seja um político independente. As coalizões ministeriais prováveis, dessa maneira, possuem menor espaço em regimes presidencialistas, comparados aos regimes parlamentaristas. Em segundo lugar, o partido do presidente, no presidencialismo, é sempre o partido formador. Por derradeiro, mesmo que uma maioria deseje, no presidencialismo, a substituição do presidente, o governo mantém-se no poder. (CHEIBUB; PRZEWORSKI; SAIEGH, 2002, p. 195).

Os dois sistemas se diferem ainda mais quando há três partidos legislativos ou caso o maior partido ocupe entre um terço e metade das cadeiras. Nessas condições, no presidencialismo, as coalizões acontecem com menor frequência. No modelo sugerido, tem-se a seguinte explicação: se houver um número maior de partidos, aumenta-se a possibilidade de uma coalizão legislativa escolher uma política que se distancie do ponto ideal do formador. A fim de evitar que isso aconteça, o formador tende a abrir mão de ministérios para conseguir uma política mais perto de sua preferência. Outra explicação aceitável diz respeito a quando o partido formador ocupa quase a maioria do número de cadeiras. Nesse caso, ele usa a indisciplina da oposição, em certas questões políticas, para obter maioria, sem necessidade de desistir de ministérios. Há ainda uma explicação que diz que, se existirem três partidos, qualquer um deles tem a possibilidade de se tornar o formador na eleição seguinte, seja porque obteve a maioria das cadeiras, seja porque conquistou a Presidência. Se se partir do pressuposto de que assumir a Presidência seja melhor do que obter a maioria no parlamentarismo (LINZ, 1994, p. 18), eleva-se a disposição dos partidos não presidenciais de se oporem ao presidente e esperarem a próxima eleição. (CHEIBUB; PRZEWORSKI; SAIEGH, 2002, p. 205).

No Brasil, o presidente, ao negociar com os partidos e seus membros para montar a coalizão, tem a seu dispor, bem discricionariamente, uma coleção de “moedas de troca” que se encontram em sua pasta ou “caixa de ferramenta” do governo. Esses itens são usados para barganhar a obtenção de apoio parlamentar ao presidente ou para bloquear iniciativas da oposição que tenham por objetivo constranger o Executivo. No processo para gerir a coalizão, pode-se chamar de custos de governo tudo aquilo que equivale à desutilidade oriunda do presidente – em outras palavras, tudo o que o Executivo transferir a parceiros ou ao próprio partido do presidente. A condição prévia básica desse conjunto teórico indica que presidentes potencializam apoio político no Congresso com o menor custo possível de gerência. (BERTHOLINI; PEREIRA, 2017, p. 5).

Ademais, as escolhas de coalizão não são ininterruptas. Seguem, ao contrário, uma coerência bem dinâmica e cheia de eventuais endogeneidades. Isso produz

resultados que podem alterar a formação primária da coalizão de governo. Dessa forma, portanto, as coalizões presidenciais, no decurso do tempo, não apenas se formam e se mantêm, mas também são gerenciadas conforme sua eficiência – seus custos, relativos às moedas de troca, e seus retornos, com relação ao apoio político no Congresso. (BERTHOLINI; PEREIRA, 2017, p. 5).

Logo, deve-se buscar manter um equilíbrio necessário para se obter coerência governamental, respeitando as expectativas dos vários atores envolvidos neste processo, e minimizando os riscos de um colapso na aliança estabelecida, ocasionado, por exemplo, pela suposta “supremacia” do Executivo sobre o Legislativo.

Contrariamente aos estudos baseados na lógica de que, no Brasil, tem ocorrido um processo de consolidação democrática, algumas análises têm descrito o caráter da democracia instituída após 1988 como limitado, mas com uma ressalva que se difere da que prevaleceu na época da Primeira República ou no período 1945-1964. (MARTUSCELLI, 2010, p. 66).

Em um regime político no qual o Executivo predomina de forma inabalável, torna-se ínfima a função governativa dos partidos. No Congresso Nacional, os partidos e as alianças que sustentam os governos não exercem sua função como fórum elaborador de políticas, mas como mera massa de manobra desses governos, aos quais acabam obedecendo incondicionalmente. (MARTUSCELLI, 2010, p. 67).

Na arena legislativa, as ações dos partidos da coalizão revestem-se de importância estratégica, já que eles tentam calibrar as propostas do Executivo conforme seu posicionamento político em relação a cada *policy*. As desavenças entre oposição e governo, dessa forma, não são o único objeto de barganha e negociação a respeito da agenda legislativa. Discordâncias entre os membros do governo podem ocasionar uma dinâmica competitiva pela definição da agenda legislativa (INÁCIO, 2009). O *shadowing* do gabinete, nesse ponto, não é recurso que diz respeito unicamente às oposições. (INÁCIO; REZENDE, 2015, p. 3).

A exigência que o modelo impõe para estabelecer um cartel é muito restritiva: na fase pré-legislativa, atribui-se aos partidos poder de veto relativo à agenda da coalizão. Se o presidente garantir essa exigência, problemas ocasionalmente oriundos da delegação cruzada são solucionados nessa fase, e os partidos não possuem estímulos para rever, no Congresso, esses acordos durante a sua aprovação. Se acontece a revisão ou se o governo é derrotado, isso mostraria a ausência do cartel, a inexistência de negociação anterior da agenda pelos partidos no governo. A delegação cruzada, conseqüentemente, só produz incentivos à supervisão recíproca e à revisão da agenda pelos aliados quando, na fase pré-legislativa, os partidos carecem de poder de veto. (INÁCIO; REZENDE, 2015, p. 4).

Com frequência, presidentes se deparam com o fato de seu partido, ou sua coligação eleitoral, não possuir maioria de cadeiras no Legislativo quando são eleitos em sistemas multipartidários, com bastante divisão partidária, como acontece no Brasil. Para governar, portanto, por intermédio de governos majoritários após as eleições, presidentes devem tomar no mínimo três decisões na formação e sustentação de coalizões: primeiramente, quantos partidos haverá na coalizão; segundo, quais serão os partidos e se estes possuem predileções políticas e ideológicas similares às do presidente; por fim, o quanto de poder e recursos serão partilhados entre os aliados. (BERTHOLINI; PEREIRA, 2017, p. 3).

Na administração da coalizão, a segunda decisão do presidente refere-se ao afastamento ideológico entre os aliados da coalizão. Axelrod (1970) lembra que ideologia é um aspecto fundamental, já que a primazia dos partidos na definição de políticas públicas conduziria o *formateur* a compor um Executivo propenso a promover

políticas mais afetas a suas preferências. As análises do autor fazem referência a uma coalizão mínima vitoriosa conectada ideologicamente (*minimal connected winning coalition*). Os partidos que formam o governo seriam próximos uns dos outros em uma escala ideológica com uma única dimensão. Acrescentando a esse argumento, de maneira menos rigorosa, De Swaan (1973) denota que agentes políticos escolhem unir-se a coalizões vencedoras com o menor afastamento possível em preferências políticas (*closed minimal range theory*), nem sempre próximas ideologicamente, mas sempre com o mínimo possível de extensão e heterogeneidades ideológicas. Sua suposição comportamental alude que as coalizões com ideologias adjacentes terão menos conflitos de interesses e, assim, distribuirão maiores *payoffs* aos seus aliados, o que, conseqüentemente, deve facilitar sua criação e sustentação. (BERTHOLINI; PEREIRA, 2017, p. 4).

Ainda na gerência de coalizão, a terceira decisão do presidente remete ao nível de partilha de poder entre os membros da coalizão. Essas decisões estratégicas são dependentes umas das outras, mas são escolhas macrogerenciais que se conectam entre si e produzem conseqüências diretas para o nível de conflito, qualidade, custo, sustentabilidade e capacidade de governar de um presidente. Ao tratarem dessa questão, Baron e Ferejohn (1987) insinuaram um modelo com base na negociação sequencial entre três jogadores. Seleciona-se, nesse modelo, um partido ou um legislador para realizar uma proposta de política. Esse partido propõe uma destinação de benefícios para certo grupo de eleitores. Se a proposta for aceita, acaba o jogo. Os atores, então, recebem pagamentos conforme a proposta. Se for rejeitada, a negociação permanece até que se aceite uma proposta ou o jogo termine. (BERTHOLINI; PEREIRA, 2017, p. 4).

Considerações Finais

Após a finalização da pesquisa constatou-se que o panorama político brasileiro reflete um regime presidencial com amplo relacionamento entre executivo e legislativo. Observou-se, ainda, que tal modelo – o chamado presidencialismo de coalizão – interfere, diretamente, na condução das políticas governamentais.

Pretendeu-se obter resposta ao questionamento acerca da contribuição do presidencialismo de coalizão no que se refere ao implemento de políticas públicas. Verificou-se que, em certa medida, pode haver benefícios na concretização dessas políticas, ao se adotar tal regime.

Restou demonstrado, assim, que o modelo de presidencialismo adotado no Brasil pode contribuir, de modo positivo, no implemento de políticas estatais. Pontuaram-se distinções entre os regimes presidencialistas e parlamentaristas, esclareceu-se a relação entre os poderes executivo e legislativo, discutindo-se as consequências, bem como a eficácia, deste modelo na implantação da agenda governamental.

O presente estudo demonstrou sua relevância para os operadores do direito, uma vez que trouxe à baila o entendimento do modo de formatação dos governos pós-eleições; para a ciência, por se compreender como gerenciar as coalizões, para se atingir maior eficiência, eficácia e efetividade no implemento de políticas públicas; para a sociedade, ao se contar com maior governabilidade e governança por meio das coalizões formadas.

Dessarte, a elaboração deste estudo possibilitou o aprimoramento de conhecimentos no campo da política, com suas implicações diretas e indiretas no meio social. Ademais, comprovou-se, por meio dele, que é possível atingir resultados significativos e positivos no que se refere ao acesso mais igualitário e homogêneo aos serviços prestados pelo Estado, tendo por pressuposto uma coalizão entre os agentes políticos do governo, em que o propósito destes seja alcançar a satisfação das necessidades dos seus cidadãos, em todos os seus níveis.

Referências

ABRANCHES, S., 1988. **Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro**. Dados, 31(1), pp. 5-34.

AXELROD, Robert. **Conflict of interest**. Chicago: Markham, 1970.

BARON, David; FERREJOHN, John. **Bargaining and agenda formation in legislatures**. The American Economic Review, v. 77, n. 2, p. 303-309, 1987.

BATISTA, Mariana. **O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão**. Rev. Sociol. Polit. Vol. 24, n. 57, Curitiba, Mar. 2016.

BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. **Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro**. Rev. Adm. Pública vol. 51, n. 4, Rio de Janeiro, July/Aug. 2017).

CHEIBUB, José Antônio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian. **Governo de Coalizão nas Democracias Presidencialistas e Parlamentaristas**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, n. 2, 2002.

DÁVILA, M.; LAVADOS, O.; AVENDÑO, O., 2013. **Los Gabinetes de la Concertación en Chile**. America Latina Hoy, 64, pp. 1130-2887.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Formulação e Execução do Orçamento Federal**. Trabalho apresentado na reunião anual da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP, São Paulo, 2000

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV/Fapesp, 1999.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um Artigo de Revisão de Literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Ano II, Vol.II, n.5, 2019.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um Projeto de Pesquisa de um Artigo de Revisão de Literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Ano II, Vol.II, n.5, 2019.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Manual de Artigo de Revisão de Literatura**. Brasília: Processus, 2019.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Manual de Projeto de Pesquisa**. Brasília: Processus, 2019.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Metodologia Científica e Redação Acadêmica**. 8. ed. Brasília: JRG, 2019.

INÁCIO, Magna. **Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas**. Vol. 21, n. 2, Campinas, 2015.

INÁCIO, M; LLANOS, M. **The Institutional Presidency in Latin America: A Comparative Analysis**. In: Annual Meeting of the American Political Science Association, Washington, D.C, 2014.

LAMEIRÃO, C., 2011. **A Casa Civil como instituição do Executivo federal**. Desigualdade e Diversidade, Ed. Especial.

LINZ, Juan. **The perils of presidentialism**. Journal of Democracy, v. 1, n. 1, p. 51-69, 1990.

MARTIN, Lanny; VANBERG, Georg. **Parties and policymaking in multiparty governments: the legislative median, ministerial autonomy, and the coalition compromise**. American Journal of Political Science, v. 58, n. 4, p. 979-996, 2014.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **A ideologia do “presidencialismo de coalizão”**. Lutas Sociais, São Paulo, n. 24, 2010.

MAYHEW, David. **The electoral connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

NETO, O. Amorim., 2006. **Presidencialismo e governabilidade nas américas**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

RENNÓ, L.; GAYLORD, S., 2012. **Behind Closed Doors: Cabinet Authorship of Legislative Proposals in a Multiparty Presidential System**. In XXII World Congress of Political Science. Madrid.

RIKER, William. **The theory of political coalitions**. New Haven: Yale University Press, 1962.

SWAAN, Abraham de. **Coalition theories and cabinet formations**. Amsterdam: Elsevier, 1973.

VIEIRA, M., 2014. **Como o Conflito de Políticas do Gabinete Afeta a Criação de Burocracias Públicas Centralizadas na Presidência?** In Encontro Anual da Associação Brasileira de Ciência Política. Brasília.